

**POR UMA PERSPECTIVA SUL-SUL PARA A CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL:
ENTREVISTA COM LUCIANA BALLESTRIN**

***POR UNA PERSPECTIVA SUR-SUR PARA LA CIENCIA POLÍTICA EN BRASIL:
ENTREVISTA CON LUCIANA BALLESTRIN***

***TOWARDS A SOUTH-SOUTH PERSPECTIVE FOR POLITICAL SCIENCE IN
BRAZIL: AN INTERVIEW WITH LUCIANA BALLESTRIN***



Lucy OLIVEIRA¹
e-mail: gosilva@ufscar.br



Cristiano RODRIGUES²
e-mail: cristianor@gmail.com

Como referenciar este artigo:

OLIVEIRA, L.; RODRIGUES, C. Por uma perspectiva Sul-Sul para a Ciência Política no Brasil: Entrevista com Luciana Ballestrin. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. 00, e023003, 2023. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.31068/tp.v32i00.1060>



| **Submetido em:** 13/01/2023
| **Revisões requeridas em:** 24/04/2023
| **Aprovado em:** 22/06/2023
| **Publicado em:** 14/07/2023

Editora: Profa. Dra. Simone Diniz
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos – SP – Brasil. Professora Adjunta de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Doutorado em Ciência Política (UFSCar).

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Doutorado em Sociologia (UERJ).

A crítica às relações sociais e políticas, bem como ao pensamento científico, dentro do contexto colonial, subalterno e do sul global, é uma contribuição importante das perspectivas conhecidas como *pós-colonialidade* e *decolonialidade*.

Embora essas perspectivas pareçam bem estabelecidas nas humanidades, sua adoção varia nas Ciências Sociais no Brasil e está sendo incorporada à Ciência Política a partir de debates emergentes na área nos últimos anos.

Para discutir esse campo de reflexão epistemológica e como ele se aplica, se desenvolve e questiona a Ciência Política brasileira. Entrevistamos a professora Dra. Luciana Ballestrin, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Luciana é professora associada de Ciência Política no curso de Relações Internacionais e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol) do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) da UFPel, onde também é coordenadora do programa. Ela fez parte da diretoria nacional da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) de 2018 a 2020, coordena o Grupo de Trabalho “Democracias em declínio: desafios teóricos, políticos e analíticos” na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e a Área Temática de Teoria Política na ABCP. Luciana Ballestrin tem contribuído de forma significativa para o campo ainda emergente dos estudos decoloniais na interface entre Ciência Política e Relações Internacionais, assim como para análises sobre o funcionamento das democracias, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Dentre seus trabalhos recentes, destacam-se dois artigos publicados em 2022: “*Postcolonial and decolonial subaltern feminisms*”, publicado no periódico *Postcolonial Studies*, e “*The uncertain future of Brazilian democracy*”, publicado no periódico *Brazilian Research and Studies Journal*.

Confira agora o resultado dessa conversa instigante sobre os caminhos e horizontes da Ciência Política no Brasil.

Os termos *pós-colonialidade* e *decolonialidade* são usados, às vezes, de forma intercambiável. Eles são sinônimos? Podemos usá-los atualmente nessa condição?

Considero que não são sinônimos, pois refletem dois conjuntos de discussões distintos, embora inter-relacionados. Essa percepção é fundamentada nos contextos de surgimento dessas perspectivas e nos aspectos institucionais e acadêmicos envolvidos no debate. O *pós-colonialismo*, de forma geral, é um campo de estudos e uma área que emerge ou é nomeada primeiro. Ele tem sido desenvolvido como uma disciplina principalmente nas décadas de 1980 em renomadas universidades nos Estados Unidos e na Inglaterra, momento

popularizou. Esse surgimento ocorreu em um contexto de crescente globalização, multiculturalismo e neoliberalismo, enquanto o pós-estruturalismo pautava novas agendas intelectuais. Portanto, o pós-colonialismo foi amplamente influenciado por um substrato filosófico pós-estrutural e pós-fundacional. Nessa perspectiva, busca-se reintroduzir a crítica anticolonial por meio de uma abordagem pós-estruturalista. Não é surpreendente que os centros e departamentos universitários que acolheram essa perspectiva estejam associados aos estudos culturais, literários e crítica literária. Dessa forma, o pós-colonialismo lida principalmente com a questão das representações identitárias em termos linguísticos, culturais, artísticos e psicanalíticos, adotando uma perspectiva dos sujeitos e grupos subalternizados ou marginalizados pelo processo colonial e imperial.

No entanto, essa abordagem privilegiada das representações culturais e discursivas recebeu críticas contundentes, inicialmente de perspectivas mais relacionadas ao marxismo, mas também de outras correntes teóricas. Algumas dessas críticas apontaram que o termo “*pós-colonialismo*” carregava ambiguidades e imprecisões em relação ao prefixo “pós”. Isso ocorre porque, ao contrário do pós-estruturalismo, o termo “pós-colonialismo” poderia sugerir o fim do colonialismo, o que é exatamente o oposto do objetivo dos estudos pós-coloniais. Além disso, a perspectiva pós-colonial foi acusada de apresentar um certo culturalismo exacerbado, conforme expresso por Aijaz Ahmad (2002), e de “ahistoricismo”.

Outra crítica surge no início dos anos 1990 em artigos pioneiros nesse debate acadêmico, que fazem uma leitura crítica do próprio pós-colonialismo, trazendo para o centro do debate o contexto latino-americano. Essa abordagem adota uma perspectiva contracolonial, buscando reinterpretar, recuperar e revisar o próprio pós-colonialismo como uma área acadêmica institucionalizada. É a partir dessa discussão crítica que surge o conceito de *decolonialidade*, como um desdobramento dessa intervenção latino-americana no debate global do pós-colonialismo.

O que essa crítica ressalta e reivindica, então, é a existência de uma diferença imperial (não apenas colonial) entre os processos de colonização vivenciados pela América Latina, incluindo o Brasil, e aqueles aos quais muitos migrantes diaspóricos se referem quando discutem o tema do *pós-colonialismo* em universidades de países "desenvolvidos". Autores pós-coloniais estão se referindo a um processo relacionado ao imperialismo do século XIX, no contexto pré-Primeira Guerra Mundial, enquanto na América Latina estamos lidando com a primeira experiência colonial em relação à Europa. O colonialismo vivido pela América Latina

e pelo Brasil, em particular, foi historicamente diferente e anterior ao processo colonial e imperial em outras regiões do mundo.

Essa perspectiva reivindica também a relevância de expoentes do pensamento político latino-americano, como ativistas, escritores, intelectuais e pesquisadores, que já desenvolveram uma reflexão crítica sobre a região. É interessante observar que o sociólogo peruano Aníbal Quijano já introduziu a noção de “colonialidade do poder” em seu artigo intitulado “*Colonialidad y modernidad/racionalidad*”, publicado em 1992. No entanto, foi somente após o “giro decolonial” que o conceito ganhou maior circulação e repercussão significativa.

Quando observamos o número de citações dos trabalhos de Aníbal Quijano e Walter Dignolo em mecanismos de pesquisa como o *Google Scholar*, podemos perceber o crescimento e a disseminação desses conceitos. É importante destacar que a década de 1990 foi um período de recepção dos estudos pós-coloniais na América Latina. Vale ressaltar também que o próprio giro decolonial teve início nos Estados Unidos, com a dissolução do Grupo de Estudos Subalternos Latino-Americanos, inspirado no grupo indiano dos *Subaltern Studies*. Isso também requer uma espécie de tradução dos sujeitos subalternos em relação ao contexto indiano e à criação dos *Subaltern Studies*. Posteriormente, a partir da dissolução desse grupo, o giro decolonial avançou com um grupo de pesquisadores que trouxe a decolonialidade como resposta, atualização, resistência e enfrentamento à lógica da colonialidade.

Em resumo, é verdade que, em certa medida, esses termos podem ser considerados intercambiáveis, pois ambos representam uma crítica ao colonialismo. No entanto, essa crítica assume diferentes formas em relação à América Latina. Não devemos esquecer jamais a tradição de reflexão e crítica ao colonialismo que remonta ao século XIX, mesmo que não seja necessariamente rotulada como pós-colonial, anticolonial ou decolonial. Devemos ter cuidado ao fazer rótulos ou enquadrar essas perspectivas sem considerar o que já foi produzido anteriormente, mesmo que não tenha recebido necessariamente esses nomes.

Podemos dizer que as Ciências Sociais brasileiras incorporaram essa reflexão de maneira semelhante? Como você vê esse debate da decolonialidade dentro da Ciência Política Brasileira?

É relevante salientar que o debate em torno das perspectivas pós-colonial e decolonial chegou tardiamente às Ciências Sociais brasileiras. A meu ver, isso se deve, em parte, à dinâmica de dependência acadêmica e à geopolítica do conhecimento, uma vez que tais críticas foram sempre mediadas ou autorizadas pelo Norte global. Embora existam estudos decoloniais com pensadores da região desde os anos 1960 e 1970, dentro das discussões sobre dependência, libertação e com referências a Dussel, Quijano e a um registro mais marxista da época, essa perspectiva só ganhou visibilidade a partir de alguns encontros realizados no Norte global. O argentino Walter Mignolo, um dos expoentes da perspectiva decolonial, por exemplo, fez toda a sua carreira nos Estados Unidos e projeta seu pensamento dentro desse campo desde a *Duke University*. Embora exista debate com diferentes expoentes latino-americanos, as condições materiais de produção do conhecimento se deram no Norte global. Inclusive, quando perguntaram a Arif Dirlik, no início dos anos 90, quando o pós-colonialismo começou, ele respondeu ironicamente: “quando intelectuais do terceiro mundo chegaram às universidades do primeiro mundo”. Assim, a crítica pós-colonial e decolonial enfrentam um paradoxo de origem e é necessário lidar com essa contradição de forma recorrente.

Por outro lado, embora o debate em torno das perspectivas pós-colonial e decolonial tenha chegado tardiamente às Ciências Sociais brasileiras, como mencionei anteriormente, os temas centrais dessas perspectivas já eram abordados por algumas disciplinas e áreas, mesmo sem a reivindicação do termo. A Antropologia, por exemplo, trata de questões relacionadas ao pós-colonialismo e à crítica decolonial quando aborda diferentes grupos, identidades pós-coloniais/colonizadas e a marginalização dessas populações. A Sociologia se engajou bastante nesse debate nas últimas duas décadas, atualizando a agenda da “sociologia terceiro-mundista” e dos debates sobre autonomia teórica e intelectual suscitados por ela, através das teorias e epistemologias do sul. Esses debates eram frequentes nas décadas de 1950 e 1960, quando se discutia muito sobre questões de autonomia, dependência e teorização. O pensamento social brasileiro traz contribuições importantes para se pensar essas questões, sem necessariamente enquadrá-las no rótulo “decolonial”. Desde o final dos anos 2000, pesquisadores da Sociologia e Antropologia dialogam com essa agenda crítica da construção do conhecimento em Ciências Sociais, como pode ser observado nos trabalhos de Paulo Henrique Martins, Marcelo Rosa, João Marcelo Maia, Adélia Miglievich, Eloísa Martín e Cláudio Costa Pinheiro.

A Ciência Política, por sua vez, é a disciplina que chega mais tardiamente nesse debate, especialmente se comparada à área de Relações Internacionais (RI). No caso de RI, é importante destacar a influência internacional da Inglaterra e dos Estados Unidos. Novamente, parece que os centros do Norte global precisam autorizar ou mediar a entrada desses estudos nos contextos mais afetados pela desigualdade e dependência acadêmicas. Como resultado, RI é uma área/disciplina que possui mais discussões pós-coloniais e decoloniais do que a Ciência Política. Mesmo o *boom* de estudos sobre “constitucionalismo latino-americano” ocorreu por meio do Direito. Isso pode ser observado nos grupos, congressos e seminários sobre o tema. A Ciência Política, por sua vez, chega mais tardiamente nesse debate devido aos seus objetos de estudo, mas também pela própria concepção da política disciplinada e encerrada no registro institucional e, de certa maneira, presentista. Isso tem bastante a ver com a formação do campo no Brasil.

Diante disso, quais são os desafios para uma Ciência Política a partir do Sul?

É importante considerar o termo “decolonial” não como um adjetivo ou uma escola própria, e não entendê-lo no singular, pois existem várias derivações e significados em disputa sobre o que é a descolonização atualmente. Não há um único sentido ou leitura para isso, e isso dependerá do que entendemos por “decolonial” em diferentes sentidos e direções.

Outro ponto fundamental é ser crítico em relação à maneira totalizante como a crítica decolonial tem circulado, gerando uma hipertrofia conceitual. É necessário ter cuidado para não gerar uma perspectiva de totalidade colonial que pode ser complicada, onde tudo é colonizado e tudo é colonial. Isso não ajuda a entender as especificidades do poder colonial e suas reminiscências. Nem todas as relações de poder, dominação e opressão são oriundas do colonialismo, mas o colonialismo implica em relações de dominação, opressão, violência e poder. É preciso saber onde a política é atravessada pelo colonialismo.

Concordo que há um certo abuso do uso dessa linguagem, onde o que não se enquadrar em uma Ciência Política decolonial seria, por conseguinte, uma Ciência Política do colonizador. É importante reconhecer que existem agendas e perspectivas teóricas importadas que não consideram as nossas especificidades. Ao mesmo tempo, somos uma comunidade que busca se construir institucionalmente a partir dessa condição (semi)periférica. Embora a nossa Ciência Política seja muito influenciada pelos Estados Unidos, onde a Ciência Política está se abrindo para determinadas perspectivas, a nossa nem sempre incorpora da mesma maneira.

Parece que nos abrimos com uma mediação, com uma permissão ou com uma influência de outros contextos que se tornam mais porosos. É significativo que Gayatri C. Spivak tenha sido a principal conferencista do Congresso Mundial da *International Political Science Association* (IPSA) em 2021.

Podemos pensar na constituição da Ciência Política a partir do Sul, considerando a decomposição de suas subdisciplinas e áreas. Algumas são mais frutíferas para pensar em interlocuções, colaboração e proximidade com a América Latina, Caribe e América Central, o que é fundamental e interessante para ampliar esse diálogo. A ALACIP (Associação Latino-Americana de Ciência Política) é um lugar onde esse encontro tem ocorrido. As associações possuem um papel importante de promover essa aproximação e possibilitar rompimentos.

Não somos capazes de nadar contra a correnteza sozinhos. É importante perceber que existem muitos espaços que precisam ser construídos para trabalhar determinadas questões. Os diálogos sul-sul ainda não estão prontos e, em alguns casos, ainda não estão sequer colocados. Ainda falta muito para se constituir.

O debate de gênero é muito marcado pelas reflexões em torno da subalternidade e decolonialidade. Como essas críticas podem auxiliar na problematização da Ciência Política em geral na direção de uma epistemologia do Sul? É possível pensar nas contradições da perspectiva das ciências sociais e do fazer científico para América Latina?

O feminismo não ficou imune à influência do pós-colonialismo e da perspectiva decolonial. De fato, existe um campo inteiro conhecido como feminismo pós-colonial e feminismo decolonial. O primeiro debate em nível global, no sentido sul-norte ou vice-versa, é a descolonização do feminismo, especialmente em relação à representação, às identidades e às relações de poder dentro dos movimentos feministas. Inclusive, houve um momento em que Nancy Fraser foi questionada nesse sentido e reconheceu que essas são discussões muito internas ao feminismo. No entanto, esse debate interno transcendeu as fronteiras do próprio movimento, chegando à decolonialidade do gênero e à relação com o Estado.

É interessante notar que, do ponto de vista político e social, o feminismo latino-americano tem sua própria agenda, incluindo críticas ao neoliberalismo e questões relacionadas à pobreza e privações materiais desde os anos 1970. A história do feminismo latino-americano é rica e o feminismo decolonial, que se desenvolveu especialmente após 2005, trouxe algumas especificidades. Na prática política, ele também construiu diferentes repertórios, movendo um campo que está longe de ser harmônico, mas que cresce e possui importantes pensadoras de

referência com trajetórias consolidadas, como Rita Laura Segato e María Lugones. Esse acúmulo de reflexões, debates, ação política e experiência prática do feminismo pode ser uma referência para pensar uma ciência política ao Sul.

Outra questão que queríamos tratar é o que podemos chamar de “divórcio entre a empiria e a teoria” que temos observado na Ciência Política e acaba levando as pesquisas para uma perspectiva bastante instrumentalista. É como se a Ciência Política se reduzisse aos métodos e à empregabilidade, e a teoria vai sendo descartada como elemento, assim como, as metodologias de ordem qualitativa, mais interpretativistas, quando não são subsumidas no modelo positivista de ciência. O que você pensa sobre esse divórcio e sobre o que a Ciência Política brasileira tem produzido em relação a isso. Diante disso, como pensar o presente e o futuro da nossa disciplina?

Essa é uma excelente questão, pois envolve o processo de neoliberalização da Ciência. O pensamento científico tem sido influenciado pela racionalidade neoliberal em vários aspectos, incluindo o produtivismo irrefletido e descompromissado socialmente, bem como o desprestígio daquilo que não é operacional ou utilitário. Embora a preocupação com metodologias possa ser válida, considerando que elas podem ser diversas e reforçar a importância social da ciência, a disciplina é orientada pela importância das métricas, mensuração, explicações causais e impactos. Essa tendência, combinada com a neoliberalização, transforma a teoria política quase em uma dissidência automática da ciência política.

Nessa lógica, parece haver um rebaixamento dos estudos mais teóricos, que podem envolver erudição e um mergulho mais profundo nas estruturas sociais, políticas e linguísticas. O tempo exigido para a produção teórica não acompanha a rapidez da produção científica acadêmica atual, marginalizando e desprestigiando a teoria como um lugar para pessoas não orientadas metodologicamente.

Isso é grave, especialmente considerando a crise democrática que enfrentamos em todo o mundo nos últimos anos. Ela vem acompanhada de uma crise da teoria, perseguida por não trazer retorno imediato ou ser aplicável e pelo lugar crítico que ocupa no pensamento das ciências humanas.

Essa é uma crítica intrínseca ao nosso campo e direcionada à necessidade de reflexão teórica que tem sido comprometida. Debates sobre questões que nos cercam como seres humanos, nossas condições de existência e desigualdades, são deixados de lado. Isso pode ser sentido ao lecionar disciplinas de teoria, como em um curso de Relações Internacionais. Dependendo da abordagem, a teoria política pode gerar desinteresse nos estudantes.

Recentemente, tive uma experiência positiva com uma disciplina de teoria política contemporânea, onde a turma foi engajada e participativa e pude trazer perspectivas feministas e pós-coloniais. No final, os alunos conseguiram relacionar a teoria com a realidade e se enxergar nas discussões sobre identidade, representação e sexualidade. No entanto, a leitura de alguns temas e autores pode ser desafiadora e o aprendizado teórico exige leitura permanente.

O processo de democratização da universidade trouxe agendas de pesquisa a que são muito atípicas da Ciência Política, alguns temas que foram historicamente subteorizados, como gênero, raça, etnicidade, política voltadas à população LGBTQIA+, entre outros. Como esse interesse renovado nesses temas podem coexistir ou colaborar com aquilo que nós consideramos *mainstream* na Ciência Política?

A democratização da universidade pública, a ampliação de cursos e programas, a renovação do corpo docente e discente, bem como seu recrutamento, contribuíram para renovar as agendas e a própria universidade. Isso ocorreu porque a universidade foi questionada sobre seu elitismo interno e começou a ter contato com diferentes realidades sociais e culturais brasileiras, incluindo uma parcela significativa que ficou fora da universidade pública por muitos anos. Essa ampliação e democratização foi produto de um governo que dialogou com diferentes grupos, soube receber pressões e reconheceu mobilizações sociais de diversas origens. Além disso, na primeira década dos anos 2000, houve um ciclo progressista na América do Sul como um todo, que, apesar de seus limites e problemas, foi importante para essa transformação.

A crise democrática que estamos enfrentando é uma reação ao ciclo de inclusão de novos atores e ao avanço de agendas mais igualitárias. O século XXI tem sido marcado por momentos dramáticos de ruptura democrática com a eleição de líderes autoritários. No entanto, anteriormente houve momentos de extensão e ativação popular, com o crescimento de determinadas agendas, tanto nacional quanto internacionalmente. Essas agendas tornaram-se mais sensíveis às questões de desigualdades raciais, de gênero, da população LGBTQIA+ e indígena. Isso ocorreu fora do contexto marxista ou da esquerda relacionada ao mundo do trabalho e da classe, que dominou grande parte do século XX. Essa é uma das questões que tem sido debatida no campo das esquerdas em geral, em torno da *identity politics*.

O que você considera que são, então, esses temas emergentes da Ciência Política latino-americana? Como eles têm impulsionado o nosso campo?

A magnitude das múltiplas crises é crucial para considerar as transformações e os temas emergentes. Refiro-me à crise democrática política dos últimos anos, bem como à crise ambiental, que já está em andamento há muito tempo. Temos a crise epistêmica e a crise pandêmica. Obviamente, esse contexto de múltiplas crises afetou várias áreas, mas nossa disciplina foi diretamente impactada por elas. Mesmo aqueles que estudavam políticas públicas e burocracia estatal, não puderam evitar trabalhar com o estrago que o governo Bolsonaro causou nas partes importantes do Estado brasileiro e assim por diante. Nas relações internacionais também, inclusive agora com a questão da invasão russa na Ucrânia. Este é um evento de grande magnitude que afeta profundamente a Europa e terá consequências para nós aqui, em um efeito cascata, como a crise de abastecimento que se gerará. Enfim, são vários temas que avançam sobre a Ciência Política brasileira e latino-americana e suas áreas estabelecidas.

Pensando em seus dois fortes paradigmas explicativos - o institucionalismo e a cultura política - vemos o tema da qualidade da democracia que, em uma perspectiva mais contemporânea, traz a dimensão do gênero e das respostas do Estado. Se pensarmos, o cientista político argentino Guillermo O'Donnell tinha preocupação com as desigualdades em sua teoria política. No final de sua trajetória, ele também se concentrou na qualidade da democracia.

A teoria política é outra área particularmente estratégica para as questões que estamos discutindo, por ser historicamente uma área mais indisciplinada. Isso ocorre porque ela se relaciona com a filosofia política, a psicanálise e a psicologia. A teoria política é uma área muito democrática e, eu diria, o campo mais aberto para trabalhar com novas questões. Na Revista Sul-Americana de Ciência Política, por exemplo, tentamos dar um pouco mais de ênfase à teoria nos últimos anos, mas isso foi um pouco difícil de concretizar. Isso ocorre porque o próprio Brasil tem seus centros de produção de excelência, e a pressão para produzir em e para algumas revistas qualificadas “A1” e “A2” faz com que esse tipo de iniciativa perca potenciais contribuidores e interlocutores.

O debate sobre desigualdade de gênero e raça, por exemplo, não ficaram apenas restritos aos nossos objetivos. Eles têm ocupado um lugar importante na discussão sobre o próprio campo, com debates sobre as disparidades de posição entre mulheres e homens na Ciência Política brasileira, o impacto da maternidade na carreira, a concentração de bolsas entre pesquisadores homens e a concentração de atividades de gestão da universidade na mão de mulheres, entre outros. Como você enxerga isso?

Considero que o tema da participação das mulheres na Ciência Política e as disparidades de gênero seja de extrema importância. Nos últimos anos, esse assunto tem ganhado relevância e visibilidade, sendo abordado tanto em pesquisas quanto em representações da área. Recordo-me do projeto e livro promovidos pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) durante a gestão presidida por Flávia Biroli (2018–2020), que explorou a presença das mulheres nesse campo e incluiu entrevistas com cientistas políticas influentes de todo o Brasil. Minha preocupação sempre foi promover uma abertura para um campo mais equitativo e buscar avanços, assim como já testemunhado por algumas associações internacionais. Além disso, esse tipo de reflexão - que possui natureza política e discute a necessidade de maior representatividade e participação de diferentes grupos e perspectivas - reflete os movimentos sociais e grupos representativos, e também adentrou no âmbito científico. A Ciência Política é tradicionalmente uma disciplina com uma predominância masculina, assim como as Relações Internacionais. É importante ressaltar que, quando grupos minoritários de gênero começam a participar, as questões de desigualdade de posições e acesso são levantadas para evidenciar a disparidade existente. A ideia é ocupar os espaços para que, em algum momento, esse debate não seja mais necessário.

A busca por uma maior igualdade e representação é fundamental para os diversos feminismos, grupos de mulheres e movimentos feministas. A maternidade nas redes de mulheres cientistas é uma questão de suma importância, pois está relacionada ao cruzamento entre o trabalho produtivo, reprodutivo e sua visibilidade na esfera pública. Em outras palavras, a dimensão do trabalho doméstico em si e a divisão sexual do trabalho são aspectos presentes quando se trata de trabalho intelectual e acadêmico.

Vejo com otimismo esse movimento na área e acredito que estamos progredindo e avançando nessa preocupação. Isso não se aplica apenas de forma geral, mas também em relação à ocupação equitativa das áreas temáticas, buscando mais simetria em termos de gênero e região. Não podemos esquecer da necessidade dos debates raciais também.

É importante ressaltar o contexto de uma grande crise. Isso é paradoxal. Por um lado, observamos alguns avanços que indicam que as instituições estão amadurecendo, absorvendo

e buscando há algum tempo esse desenvolvimento positivo em meio a um cenário que, paradoxalmente, apresenta vários retrocessos democráticos. Passamos e ainda sofremos os efeitos de um momento político extremamente hostil para pesquisadores experientes e jovens cientistas. Essa nova geração, recentemente doutorada, concluiu ou está concluindo suas teses em um cenário ainda negativo, com desestímulo significativo para a continuidade da pesquisa. Talvez agora possamos retomar e reconstruir um pouco do que foi destruído.

Essa crise nos desafia a repensar objetos, métodos e nossa própria profissão e área. É um grande desafio, mas se estivermos atentos, acredito que conseguiremos encontrar caminhos para horizontes promissores.

Para quem quiser saber mais sobre decolonialidade, pós-colonialidade, horizontes e temas emergentes em Ciência Política, quais seriam suas sugestões? Por onde começar?

É interessante notar que a pergunta que vocês me fazem agora foi uma pergunta que eu mesmo me fiz há dez anos. É importante relatar que na área de Ciência Política ainda temos um número limitado de trabalhos sobre esse tema. Encontramos mais traços dessa discussão em temas correlatos, como o debate sobre raça e política, gênero e política, mas ainda estamos no início. Portanto, precisamos explorar áreas de intersecção e interdisciplinaridade para encontrarmos bases mais sólidas. É necessário indicar pontos de conexão para esse debate, seja com a Sociologia, Antropologia, Relações Internacionais ou Direito. Devemos realizar mais trabalhos e dossiês com essas temáticas e abrir espaços para discussão.

Em 2013, lembro que estabelecemos uma rede chamada “Colonialidades e Política Internacional”, como resultado de um seminário promovido pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio naquele ano. Algumas discussões desse evento foram publicadas no livro “Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em Relações Internacionais”, lançado em 2021 pela EDUFBA e disponível gratuitamente online. Além disso, a mesma editora em breve publicará um livro sobre teoria social e pós-colonialismo, que surgiu de um curso ministrado sobre o tema durante a pandemia. Nos últimos anos, o interesse por esses assuntos tem crescido consideravelmente, e isso, em minha opinião, requer uma explicação. Atualmente, uma rápida busca no Diretório de Grupos do CNPq revela várias iniciativas, de diferentes áreas e disciplinas, orientadas pelas críticas pós-coloniais e decoloniais em todo o país.

REFERÊNCIAS

AHMAD, A. **Linhagens do Presente**: ensaios. São Paulo: Boitempo, 2002.

BALLESTRIN, L. Postcolonial and decolonial subaltern feminisms. **Postcolonial Studies (PRINT)**, v. 25, p. 108-127, 2022.

BALLESTRIN, L. The uncertain future of Brazilian democracy. **Brazilian Research and Studies Journal**, v. 1, p. 1-10, 2022.

BIROLI, F. (Org.). **Mulheres, poder e ciência política**: debates e trajetórias. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Revista del Instituto Indigenista Peruano**, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

TOLEDO, A. (Org.). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais**. Salvador: EDUFBA, 2021.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Não aplicável.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados e material: Trata-se de uma entrevista e o áudio original pode ser disponibilizado caso seja solicitado.

Contribuições dos autores: Lucy Oliveira: elaboração das questões da entrevista, condução da entrevista, transcrição da entrevista, escrita, edição e formatação do texto final.

Cristiano Rodrigues: elaboração das questões da entrevista, condução da entrevista, escrita, edição e formatação do texto final.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

